

A QUESTÃO DA TRADIÇÃO. HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

THE ISSUE OF TRADITION. CONSTRUCTION HISTORY AND ARCHITECTURAL HERITAGE PRESERVATION

João Mascarenhas Mateus¹

Engenheiro Civil, Universidade de Coimbra, CES - Centro de Estudos Sociais, joao.m.mateus@ces.uc.pt

Abstract

Using the concept of tradition, the text starts by ponder upon its evolution within the context of the historicity of terminologies and the changes in the architectural heritage preservation science. Defending the need for a transdisciplinarity of History, in association with the notion of culture of building, Construction History is presented as a discipline able to integrate tradition and preservation within the sustainability issues that are relevant to the global society.

Keywords: building, culture, technology, memory, sustainability.

Resumo

Partindo do conceito de tradição, o texto começa por refletir sobre a sua evolução no âmbito da historicidade das terminologias e da transformação da ciência da preservação do patrimônio arquitetônico. Defendendo a necessidade de uma transdisciplinaridade da História, associada à noção de cultura construtiva, apresenta-se a História da Construção como uma disciplina capaz de integrar tradição e preservação na problemática das sustentabilidades que atualmente dominam a sociedade global.

Palavras-chave: construção, cultura, tecnologia, memória, sustentabilidade.

Introdução

Para muitos profissionais no âmbito da Arquitetura e da Construção, propor hoje os termos Tradição e Tradicional significa adotar uma atitude conservadora, retrógrada e oposta à modernidade. A forma aparentemente imutável de determinadas práticas construtivas é apresentada por muitos como um obstáculo à inovação. Mesmo os conceitos de Conservação e Preservação são frequentemente associados a metodologias antiquadas, a restauros radicais de estilo, castradores da livre criatividade do desenho de novas arquiteturas em ambientes construídos preexistentes. Uma situação que Edward Shils tinha já constatado quando escreveu a sua obra *Tradition*, em 1971.

Estas opiniões têm possivelmente que ver com os desdobramentos que o conceito de progresso sofreu ao longo do século XX. De forma a propor a utilização de conhecimento considerado tradicional para a atividade da preservação importa começar por refletir sobre a historicidade das terminologias. Aceitando a necessidade de transdisciplinaridade da História poderá seguidamente apresentar-se uma disciplina

recente que se dedica à análise da transformação dos *modi operandi* nos campos da Arquitetura e da Construção. Uma forma de integrar a tradição na atividade da preservação do patrimônio arquitetônico, sem preconceitos redutores e dualistas.

O conceito de tradição, cultura material e cultura construtiva

A palavra tradição tem a sua origem na latina *tradere* que significa transmitir, passar a outrem, dar para guardar. A tradição artística referir-se-ia ao patrimônio artístico de uma determinada cultura. Por extensão, tradição construtiva tratar-se-ia do patrimônio de conhecimento de uma determinada cultura construtiva, se considerarmos a definição de cultura construtiva proposta por Howard Davis¹.

A cultura material como materialização de uma cultura e evidência de uma sociedade, no que se refere às realizações arquitetônicas como objetos materiais, resultaria de uma cultura construtiva que, também ela, se trataria de uma criação cultural.

Como repercussão da aplicação da ideia de tradição a outros âmbitos como valores, crenças e costumes religiosos ou simplesmente rituais de interação social, a interpretação do conceito no âmbito arquitetônico e construtivo sofreu alterações ao longo de todo o século XX.

Henri Bergson aproximou os *savoir-faire* da memória-hábito que repete o passado de forma útil no presente, de forma automática e regular. Uma memória que contrasta com a memória-pura, que pretende representar o passado e que aceita os fatos históricos como irrepetíveis (BERGSON, 1896).

No campo da sociologia Edward Shils referiu-se à tradição como um padrão orientador, uma forma de conhecimento transmitida entre gerações, passível de algumas mutações (SHILS, 1981, 12). Hobsbawm (1983) introduziu a ideia de 'tradição inventada' para todas as formas de práticas imutáveis tacitamente inculcadas nas sociedades em processos de repetição e referidas ao passado. Outros investigadores preocuparam-se em defender a natureza unicamente simbólica da tradição pela impossibilidade de se tratar de algo contínuo e imutável (HANDLER & LINNEKIN, 1984).



Figura 1. A moldagem e secagem artesanal de tijolos e ladrilhos de barro antes de serem cozidos em forno de lenha. Vetriolo (Viterbo), Itália. Fotografia do autor, 2006.

A partir destes últimos estudos construiu-se a visão incompleta e redutora usada ainda por muitos âmbitos teóricos e práticos, que associa a ideia de tradição a uma manipulação artificial das sociedades, não considerando o seu sentido mais essencial que consiste no conhecimento acumulado entre gerações (Figura 1).

A historicidade das terminologias

Falar do conceito de tradição implica falar do conceito de História. Henry Glassie na sua obra *Material Culture* (1999) recorda o modo em que a História,

como disciplina, desde cedo foi desmembrada em especializações: história econômica, religiosa, política, da arquitetura. Paralelamente, muitas problemáticas inicialmente tratadas pela etnografia passaram sucessivamente ao âmbito da antropologia, da geografia humana e dos estudos culturais. De folclore passou-se a falar de culturas vernaculares e tradicionais. Em 1934, Karl Popper afirmava que o caráter de uma teoria científica tenderia à sua refutabilidade (POPPER, 2007, 29-30).

O conceito de proteção do patrimônio construído transformou-se igualmente com o tempo. No século XIX debateram-se as posições ruskinianas de 'less intervention is more' e as intenções de restauro de estilo de Eugène Viollet-le-Duc. Do restauro filológico de Camillo Boito e Gustavo Giovannoni passou-se ao restauro crítico de Roberto Pane e Renato Bonelli. Mais recentemente, das instâncias estéticas e históricas de Cesare Brandi nasceram o restauro histórico-crítico de Giovanni Carbonara e as intenções tradicionalistas de Paolo Marconi, entre outros.

Desde a Ilustração que se criou uma particular ambição em compartimentar todos os âmbitos do conhecimento e por isso se procede a ajustes periódicos que seguem esquemas idênticos de delimitação disciplinar, numa competição por conseguir verdades absolutas. Felizmente, desde tempos recentes, estamos também a assistir a reivindicações da transitoriedade de muitas definições, a uma historicidade incontornável das interpretações. Uma prova clara desta historicidade pode encontrar-se no próprio conceito de tradição.

O fim do significado dos conceitos absolutos

Considerou-se uma época pós-modernista porque, fazendo confiança na ideologia do progresso, a cultura global mais recente sentiu-se capaz de criticar o modernismo. Para Dell Upton (1993), os adjetivos tradicional e moderno foram inventados pela modernidade. A tradição não existia e foi inventada para complementar a modernidade e para combater o medo do que era produzido e deixava de ser autêntico, falso.

Desde há umas décadas que as filosofias pós-estruturalistas colocaram importantes dúvidas à visão racionalista do progresso e das formas de conhecimento, e estas novas visões implicaram o questionar de muitos conceitos. Em 1960, Daniel Bell escreveu *The End of Ideology*. Segundo ele o sistema democrático teria suplantado os outros sistemas porque é o sistema ideal e como tal todos os outros passariam a ser classificados em relação a esse modelo. Na verdade o que terá acabado foi a crença em que progressivamente se caminharia para o sistema político e para a ideologia ideal. O que acabou foi um certo conceito de ideologia. Em 1992 Francis Fukuyama

apresentou *The End of History and the Last Man*. Pensava-se que a História era um processo evolutivo baseado unicamente na razão que levaria o homem à paz e à prosperidade. Como a Guerra Fria tinha terminado teria deixado de haver espaço para a História. O que na realidade terá deixado de fazer sentido é o conceito de História baseado numa perspectiva racional de progresso. Seguiram-se outras obras destinadas a outros “fins” como a de Kenichi Ohmae, *The End of the Nation State* (1995) e o *The End of Utopia* de Russel Jacoby em 1999.

Nesta sequência, Nezar Alsayaad² escreveu *The End of Tradition?*, em 2004. Uma obra dedicada ao âmbito do estudo das formas de construção de habitats e de ambientes tradicionais e portanto mais próxima da problemática da tradição e das culturas construtivas. Segundo este autor, não foi a tradição que acabou mas o conceito racional e modernista em que a tradição é reverenciada como autêntica. Na era da “desterritorialização de identidades e lugares devida ao fenômeno da globalização”, a tradição deixou de ser considerada como algo que deve ser associado a um lugar ou a uma comunidade determinada. Assumindo o fim do seu significado absoluto, a tradição deverá ser considerada como um repositório de ideias com valor, que têm que ser conhecidas e preservadas (ALSAYAAD, 2004, 12).

A transdisciplinaridade da História e a História da Construção

No seguimento de todas as transformações mencionadas, deve igualmente aceitar-se que a História não é o passado. A História é uma história sobre o passado, contada no presente segundo as tradições filosóficas, as condições ambientais e de tradução cultural do historiador. Para estudar a História e investigar o passado é necessário redescobrir a subjetividade e as situações. Devemos buscar práticas transdisciplinares, simultaneamente científicas e humanistas. Os acadêmicos devem em parte tornar-se “amadores” porque o trabalho de investigação histórica deve começar e não terminar nos limites das disciplinas que os formaram. ‘Amadores’ da integração do conhecimento e não ‘amateurs’, aceitando qualquer estudo relacionado com um tema como válido.

É nesta abertura à transdisciplinaridade da História que nasce a História da Construção, consciente da transitoriedade da interpretação dos conceitos e da historicidade das terminologias já mencionadas. A História da Construção tem como objetivo estudar cronologicamente as técnicas, processos e regras aplicadas à construção de obras de Arquitetura e de Engenharia Civil (HUERTA, 2011, 31). Pode igualmente afirmar-se como a disciplina dedicada à História das Culturas Construtivas. Nasce no Reino

Unido nos anos 1980, por distinção à História da Técnica e à História das Ciências, apesar de se identificarem pontualmente anteriores estudos histórico-construtivos. Na verdade, foram vários os construtores que ao longo da História se preocuparam em compreender as tradições dos processos construtivos de forma a lhes darem continuidade ou a romperem com elas e ‘criarem’ novas formas de construir. No século XVIII, figuras como Johann Fischer von Erlach (1656-1723) ou Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), dedicaram esforços ao estudo das formas de construir da Antiguidade Clássica. No século XIX o interesse pelas raízes antigas da arte de construir continuou a aprofundar-se com Auguste Choisy (1841-1909) e Josef Durm (1837-1919) e foi alargado aos períodos medievais, em particular ao gótico com obras paradigmáticas como as Robert Willis (1800-1875), Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), Georg Ungewitter (1820-1864) ou Giovanni Milani (1876-1940) (Figura 2).

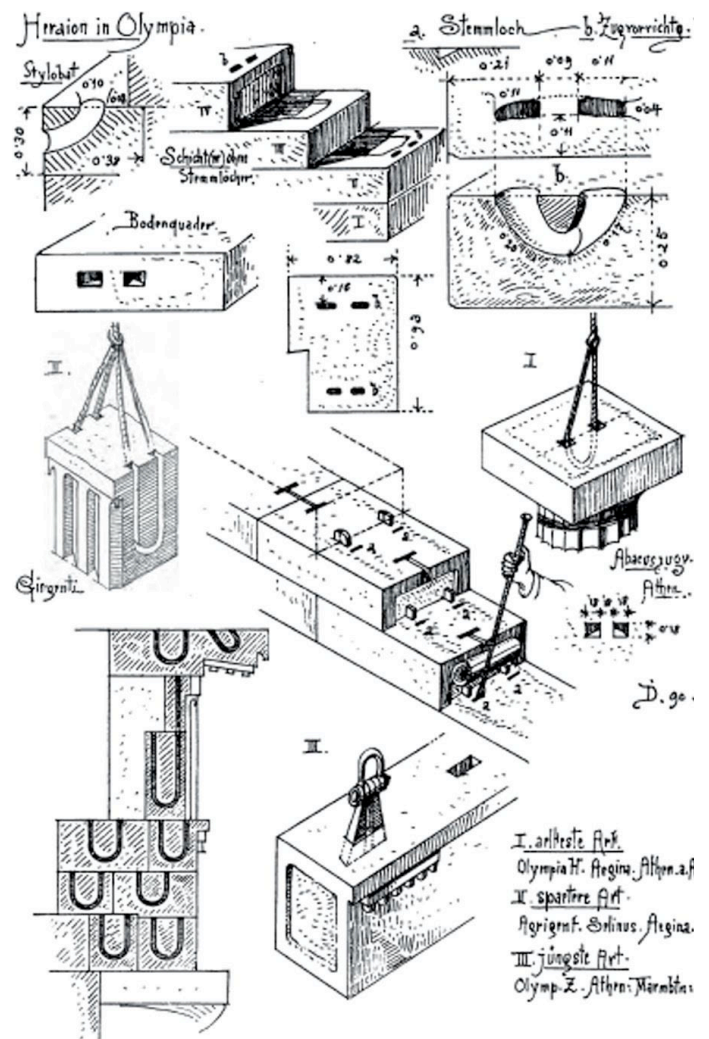


Figura 2. Detalhes de formas de unir e mover os grandes blocos dos templos gregos da Antiguidade numa ilustração da obra *Handbuch der Architektur - Die Baukunst der Griechen* de Josef Durm, publicada em Darmstadt, em 1892.

Na segunda metade do século XX as investigações de Jacques Heymann (n. 1925), de Edoardo Benvenuto (1940-1998) no domínio das construções abobadadas, de Antonino Giuffrè (1933-1997) sobre as construções em alvenaria, ou de Leopoldo Torres Balbás (1888-1960) para as construções mudejares, são exemplos modelares da disciplina como a concebemos hoje em dia.

Esta revisitação histórica e técnica do passado construtivo não é uma simples justaposição dos conhecimentos trazidos por outras disciplinas. Trata-se de colocar em relação o conhecimento multidisciplinar de forma a compreender a holística dos processos construtivos de cada cultura, conciliando métodos científicos, entre teoria e prática. Um tipo de investigação que se pode desenvolver a diversos níveis: os da experimentação, modelação e simulação, os da investigação história diacrônica e sincrônica, até níveis de síntese transdisciplinar sistêmica.

História da Construção e Patrimônio Construído. Compreendendo a Tradição

Para responder às questões de como se construiu num dado lugar e momento histórico é necessário estudar as técnicas, as exigências programáticas, as soluções construtivas, os materiais, a maquinaria e ferramentas, o ensino da construção e as formas de transferência de *know-how*, a literatura técnica, as formas de organização do trabalho, das profissões e da gestão das obras, os aspectos da história econômica e social relacionada com a construção (MASCARENHAS MATEUS, 2011, 15). Estes processos de investigação estão intimamente relacionados com tradições construtivas, com formas de construir que foram sendo aperfeiçoadas ou adaptadas a múltiplas condições, repetindo-se ao longo de gerações.

A História da Construção afirma-se, pois, não como uma ciência auxiliar ao serviço da Preservação e Restauro do Patrimônio Arquitetônico mas como uma disciplina autônoma. O conhecimento das técnicas e processos construtivos tradicionais pode, no entanto, ser de grande utilidade para a Preservação que procura sempre os melhores meios para salvaguardar o máximo de material histórico. Saber como se construiu serve a melhor compreender o patrimônio que se tem em mãos e a decidir sobre intervenções destinadas à sua preservação.

Estudar as culturas construtivas serve pois a quem preserva o patrimônio arquitetônico, a situar-se numa cronologia de múltiplas interações e adaptações de práticas construtivas que se repetiram ao longo do tempo e que desembocaram no mundo “globalizado” em que vivemos, caracterizado pela perda de referências territoriais e de identidade.

Aplicando às culturas construtivas as quatro fases principais que Sayaan (2004, 10) definiu para a fragmentação da pós-modernidade, poderia considerar-se um primeiro período insular em que as culturas construtivas eram determinadas por forças locais, vernaculares e indígenas. Um segundo período, colonial, em que as culturas construtivas passaram a culturas híbridas obtidas a partir de culturas nucleares e periféricas. Um terceiro período, de Independência e de Construção das Nações, das culturas construtivas modernas e pseudo-modernas. Culturas ‘inventadamente tradicionais’ para dar uma imagem de coesão nacional para consumo interno e externo. E por fim, o período da globalização em que a identidade e tradição das culturas construtivas tenderão a basear-se não tanto no espírito dos lugares mas sobretudo num “terceiro lugar”, independente de uma determinada posição geográfica, mas que tenha em conta a migração de pessoas, de bens, de informação e de paisagens mediáticas como as definidas por Arjun Appadurai (2004).

Estas quatro fases poderiam aplicar-se com alguma facilidade ao caso do Brasil, por exemplo. No caso de Portugal seria necessária a definição de algumas fases adicionais. Poderia considerar-se um primeiro período primitivo ou pré-colonial. Um segundo período de hibridização por assimilação e colonização ibérica, mediterrânica e europeia, seguido de um período de colonização caracterizado por nova hibridização por contaminação de culturas construtivas da África, da Ásia e da América. Um quarto período de experimentação e otimização industrial da cultura da pedra e cal, seguido de um período nacionalista determinado pela nova cultura híbrida do betão. Por fim o período da globalização.

Algumas conclusões

Intervir hoje no patrimônio arquitetônico significa intervir em várias camadas ou momentos destas fases evolutivas das formas de construir que são ‘nômades’ e atravessam o tempo e o espaço, que não são propriedade exclusiva de uma única sociedade em particular mas que nas suas múltiplas combinações criam identidades e memórias. Para além da salvaguarda dos testemunhos materiais histórico-arquitetônicos é fundamental proteger os traços de autenticidade das culturas construtivas que lhes deram forma ou que foram responsáveis pelas suas transformações no tempo. Acresce ainda a necessidade de se intervir de forma sustentável. Uma sustentabilidade que se pretende antes de mais nada cultural, ambiental, econômica e social.

Para atingir esse fim é fundamental que os utilizadores dos objectos arquitetônicos que tenham sido submetidos a uma intervenção de preservação conheçam as formas de construir utilizadas na sua

fabricação. Conhecer como se construiu permite preservar melhor, em muitos casos de forma menos invasiva. Ao mesmo tempo torna possível a proposta de formas de manutenção que implicam materiais e técnicas tradicionais, geralmente menos poluentes e integradoras de menores emissões de dióxido de carbono, ao contrário de muitos materiais contemporâneos de síntese química.

Neste âmbito é fundamental ter em conta também que muitas das comunidades híbridas contemporâneas nem sempre vivem em ambientes construídos por culturas construtivas híbridas e que espaços construídos com culturas híbridas nem sempre albergam comunidades híbridas. Em outras palavras, as combinações possíveis

entre as culturas construtivas do patrimônio edificado e as culturas dos utilizadores desse patrimônio são muitas. Como variado é o seu conhecimento de técnicas e processos tradicionais de construção. A sua judiciosa articulação nas fases de levantamento, projeto, intervenção e manutenção deve constituir um dos critérios fundamentais para garantir a sustentabilidade das intervenções.

É pois possível, como aliás sempre aconteceu, não ser limitado pelos limites do preconceito em relação à tradição, conhecer os limites da contemporaneidade e preservar o conhecimento construtivo material e imaterial de que o patrimônio arquitetônico é testemunho.



Figura 3. Desbaste final da pedra feito de forma tradicional na recuperação de um monumento no Cairo, Egito. Fotografia do autor, 2007.

Notas

- (1) Cultura construtiva é definida por Howard Davis como um sistema coordenado de conhecimento, regras e procedimentos que é partilhado por quem participa na actividade construtiva e que determina a forma adoptada por edifícios e cidades (Davis, 2006, 3).
- (2) Sayaad juntamente com Jean Paul Bourdier criou a ASTE – International Association for the Study of Traditional Environments que organizou o primeiro simpósio internacional em habitats e assentamentos tradicionais em Abril de 1988.

Referências

- ALSAYAAD, N. (org.). *The End of Tradition?* New York: Routledge, 2008.
- APPADURAI, A. *Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema, 2004.
- BERGSON, H. *Matière et Mémoire*. 72 ed. Paris: Les Presses universitaires de France, 1965.
- DAVIS, H. *The Culture of Building*. New York: Oxford University Press, 2006.
- GLASSIE, H. *Material Culture*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.
- HANDLER, R.; LINNEKIN, J. Tradition, Genuine or Spurious. *Journal of American Folklore*, Madison, n. 385, p. 273-290, 1984.
- HUERTA, S. Historia de la Construcción: la fundación de una disciplina. In: MASCARENHAS MATEUS J. (org.) *A História da Construção em Portugal. Alinhamentos e Fundações*. Coimbra: Almedina, 2011. p. 31-48.
- MASCARENHAS MATEUS, J. Culturas construtivas tradicionais, a condição do tempo e as duas memórias de Bergson. Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.31, p. 231-237, jun. 2012.
- MASCARENHAS MATEUS J. (org.) *A História da Construção em Portugal. Alinhamentos e Fundações*. Coimbra: Almedina, 2011.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- POPPER, K. *La logique de la découverte scientifique*. Paris: Payot, 2007.
- SHILS, E. *Tradition*, Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

UPTON D. The Tradition of Change. Traditional Dwellings and Settlements Review, Berkeley, vol. 5, n. 1, p.9–15, 1993.

¹ João Marcarenhas Mateus

Engenheiro Civil. Mestre em Ciências da Arquitetura pela Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica) e Doutor em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (Portugal). Desde 2002 é colaborador científico da Scuola di Specializzazione in Conservazione dei Monumenti da Faculdade de Arquitectura Valle Giulia da Universidade La Sapienza de Roma (Italia). Atualmente é Pesquisador do CES, Núcleo de Cidades, Culturas e Arquitetura da Universidade de Coimbra.